

ANÁLISE DO CENSO **Fomentar - Produzir**

ESTUDOS DO IMB

Fevereiro - 2014



SIC

SECRETARIA DE ESTADO
DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
GOIÁS
Fazendo o melhor pra você.

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - IMB

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Superintendência do FOMENTAR / PRODUIZIR

Análise do Censo Fomentar/Produzir

Fevereiro/2014

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Leonardo Moura Vilela

CHEFE DO GABINETE ADJUNTO DE PLANEJAMENTO

Júlio Alfredo Rosa Paschoal

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rafael Bastos Lousa Vieira

Superintendência DO FOMENTAR / PRODUIZIR

Benedito Cardoso Laureano

**INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS – IMB**

Lillian Maria Silva Prado - Chefe do Gabinete de Gestão

Superintendência

Aurélio Ricardo Troncoso Chaves - Superintendente

Coordenação pela Secretaria de Indústria e Comércio

Gerência de Auditoria: Wellington Matos de Lima – Gerente

Equipe Técnica

Aldemar César Leite Filho, Bruno Alfeu Henrique, Denilson Marinho Neto, Dinalva Campos de Araújo, Eliane da Silva Conceição Marques, Eliane Rabello de Lucena de Albuquerque, Francisca Constância Gonçalves, Ilma Aparecida da Rocha e Ferreira, Isa Bernadete Braga, Leila Monteiro Santa Brígida, Luciano Chaves de Mendonça

Equipe da Tecnologia da Informação

Weber Miranda – Gerente, Lucas Costa Sousa Milhomem, Pedro Eugênio Elias de Deus

Coordenação pelo Instituto Mauro Borges

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - Marcos Fernando Arriel - Gerente

Equipe Técnica

Guilherme Resende Oliveira, Luiz Carlos Fukugava, Tallyta Carlyne Martins da Silva

Cartogramas

Gerência de Cartografia e Geoprocessamento

Publicação via web

Vanderson Soares

Arte e capa

Jaqueline Vasconcelos Braga

Secretaria de Indústria e Comércio

Rua 82, s/n, Palácio Pedro Ludovico Teixeira,
5º andar

Setor Sul – Goiânia – Goiás

CEP 74.083-010

Telefone: (62) 3201-5500

www.sic.goias.gov.br

Instituto Mauro Borges

Av. República do Líbano nº 1945 - 3º andar

Setor Oeste – Goiânia – Goiás

CEP 74.125-125

Telefone: (62) 3201-6695/8481

Internet: www.imb.go.gov.br, www.segplan.go.gov.br

e-mail: imb@segplan.go.gov.br

Apresentação

Os últimos anos foram marcados pela intensificação dos movimentos, de alguns estados e da União, contra o que foi denominado de Guerra Fiscal. A redução da alíquota do ICMS nas operações interestaduais com produtos importados para 4% e as tentativas de unificação do ICMS interestadual provocaram grandes debates e articulações no ano de 2013 capitaneadas, principalmente, pelos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Espírito Santo e Santa Catarina, os maiores prejudicados com as mudanças.

Teses foram apresentadas e discutidas, ações judiciais estão em andamento no Supremo Tribunal Federal, inúmeras propostas em curso no Congresso Nacional e uma “guerra” de números, contra e a favor dos incentivos, são apresentadas e contestadas a cada momento.

Com o objetivo de contribuir com essa discussão a Secretaria de Indústria e Comércio, em parceria com o Instituto Mauro Borges da Segplan, realizou o primeiro Censo das empresas beneficiadas pelos programas FOMENTAR e PRODUZIR, o que resultou neste estudo. Foram verificadas as principais informações a respeito das empresas participantes, assim como o mapeamento de algumas virtudes e defeitos do setor produtivo, além da origem e destino das principais mercadorias e insumos das indústrias instaladas em Goiás, dentre outras.

O estudo também buscou fazer um breve histórico das políticas de incentivos financeiros e benefícios fiscais no estado, de modo a resgatar as origens dos programas.

Essas informações, por meio de análises macroeconômicas, concluíram que esses programas de incentivo têm um papel fundamental como política estadual de promoção do crescimento econômico e que sua manutenção ainda é imprescindível, a curto e médio prazo, para a continuidade dessa espiral de desenvolvimento por qual atravessa Goiás.

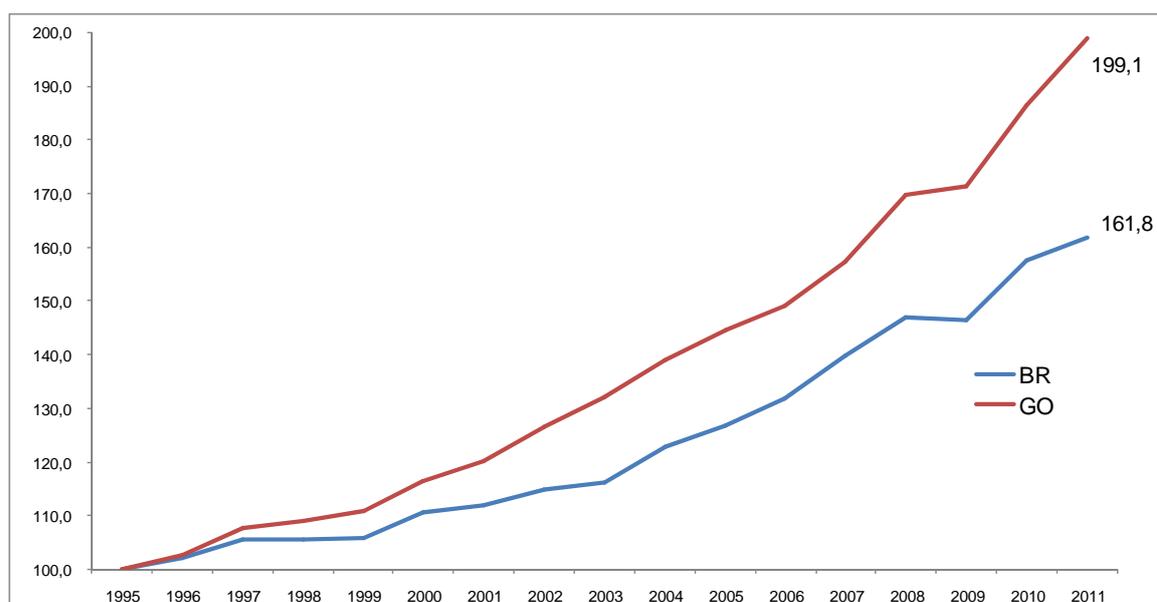
1. INTRODUÇÃO

Goiás vem passando por grandes mudanças iniciadas, principalmente, na década de 1980, que delinearão um novo perfil socioeconômico para o estado. Houve, assim, um novo ciclo de crescimento econômico em razão, predominantemente, do fortalecimento do setor industrial, fruto da instalação de empresas de grande porte atraídas pelos incentivos fiscais e financeiros oferecidos por Goiás, pela abundância da matéria-prima e pela localização privilegiada, dentre outros fatores. Há que se ressaltar, ainda, que foi nesse período mais recente que o estado ganhou força nas vendas para o exterior, alavancando sobremaneira suas exportações no que diz respeito à quantidade e variedade de produtos e número de parceiros comerciais.

Essa pujança pode ser constatada por meio do Indicador Trimestral do Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás, elaborado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB/Segplan-GO), que sinalizou crescimento de 3,8% em 2012, taxa superior à maioria dos estados e ao próprio Brasil. Este valor equivale a R\$ 118,868 bilhões e uma participação de 2,7% no PIB brasileiro.

Na série histórica iniciada em 1995, o PIB goiano cresceu, em termos reais, a uma taxa média de 4,3% ao ano, desempenho acima do nacional, que ficou em 3,1% no período. No acumulado, durante o período, a expansão do PIB de Goiás foi de 99,1%, enquanto o Brasil expandiu 61,8%.

Gráfico 1 – Evolução do PIB de Goiás e Brasil – base 100: 1995



Fonte: IBGE, IMB

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Parte deste dinamismo se deve à integração entre a agropecuária e o avanço da agroindústria, bem como pela emergência de novas atividades industriais atraídas pelas políticas de incentivos financeiros e benefícios fiscais, praticadas a partir da década de 1980 (IMB, 2012). O incentivo financeiro foi a principal política voltada para a indústria a partir de 1986 e, portanto, merece destaque.

Consiste no financiamento, por parte do Governo Estadual, de parte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) devido pela empresa, principal imposto estadual arrecadado. Já o Benefício Fiscal consiste na concessão de créditos outorgados, de investimento, pré-operacionais etc. O governo identifica, por meio da análise de seu projeto, o investimento potencial da empresa que pretende se instalar ou expandir no Estado, e concede (ou não) o benefício ou incentivo com base, principalmente, nas cadeias produtivas a serem desenvolvidas, nos investimentos, empregos e renda propostos.

Assim, para entender o contexto atual do setor industrial de Goiás, é necessário que se entenda as políticas de incentivos financeiros que foram

implementadas desde os anos 70, e principalmente 80, bem como compreender a política vigente, que ajudou a manter e atrair novas empresas para o setor.

Neste sentido, surgem diversas questões, que mesmo não respondidas aqui, estão diretamente relacionadas aos resultados analisados pelo trabalho. Uma delas é se a renúncia fiscal (o que o Estado abre mão para atrair essas empresas) não seria demasiadamente alta para empresas que, naturalmente, viriam para Goiás por questões, como por exemplo, proximidade da matéria-prima ou do mercado consumidor, em vista do que se pode arrecadar com uma alíquota maior? Qual seriam os reais benefícios em termos de novos investimentos, empregos e renda, já que os valores declarados no projeto muitas vezes são superestimados, devido ao objetivo de se conseguir maior incentivo. Outra pergunta é como nossa política de incentivos e benefícios contribui para a guerra fiscal com outros estados e o que o Governo de Goiás pode fazer como opção a essa política?

O presente estudo fará um breve histórico das políticas de incentivos e benefícios na seção seguinte, apresentando alguns resultados obtidos por elas. Após será apresentado o Censo de 2012 promovido pela SIC (Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás) em parceria com o IMB (Instituto Mauro Borges da Segplan), com uma análise de seus resultados globais e por região, junto a outros indicadores socioeconômicos goianos. Além disso, far-se-á um apontamento e relação da conjuntura com os gargalos, potenciais investimentos, infraestrutura, entre outras características de Goiás. Por fim, as considerações finais do trabalho.

2. PROGRAMA FOMENTAR E PRODUZIR E SEUS ANTECEDENTES

O primeiro de todos os incentivos fiscais no estado foi o Feicom (Fundo de Expansão da Indústria e Comércio do Estado de Goiás), criado pela Lei N^o 7.531 de 1971. Ele foi instituído pela Comissão de Desenvolvimento Industrial (OLIVEIRA, 2011). O Feicom foi pensado para atender indústrias específicas, como a Cecrisa, Laboratório Halex Star, Itambé, Mabel, Leite Donna e Emegê, que estavam iniciando suas atividades em Goiás, por volta de 1975¹. De acordo com Oliveira (2011) em seu âmbito foram aprovados aproximadamente 90 projetos (66 em Anápolis, 12 em Goiânia e o resto no centro-sul do estado), com destaque para as empresas acima, que, na maioria, se mantêm operando.

Apesar disso, o Feicom não pode ser considerado um programa de atração de desenvolvimento pela sua abrangência e ferramentas reduzidas, pois não contemplava um setor, isentava IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e energia elétrica, enfim, era uma primeira tentativa do governo estadual de manter essas empresas em Goiás. Além disso, a Lei 7.700 de 1973 concedeu incentivos fiscais e financeiros a diversas indústrias e criou o CONSUP (Conselho Superior de Prioridades para o Desenvolvimento Industrial). A partir daí houve um embrião industrial no estado.

Esse processo foi interrompido devido à pressão de vários estados, que culminou na Lei Complementar N^o 24 de 1975, a qual tinha o intuito de eliminar a “guerra fiscal” entre as unidades de federação (UFs), condicionando os benefícios à aprovação do CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária).

Até a década de 80, com algumas exceções, as políticas de desenvolvimento eram conduzidas pelo governo federal. Depois, com a crise fiscal, esse planejamento ficou de lado e os estados passaram a fazer a própria política de desenvolvimento. Assim, o estado de Goiás criou uma série de mecanismos legais de promoção e

¹ Texto disponível em <http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/tem-sido-bom-para-goias>

atração de investimentos englobando, inicialmente, a industrialização, mas também favorecendo outros “setores” como a distribuição, a importação e a logística.

Assim, o primeiro programa de incentivos do estado foi o Fomentar (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás), criado pela Lei nº 9.489, de 19/07/1984, que tinha o objetivo de incrementar a implantação e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento do estado, principalmente agroindústrias. De acordo com Faria (2004), a Lei 7.700 foi precursora do Fomentar, já que garantia benefícios de crédito no ICM (antecessor do ICMS) sobre o investimento fixo.

Além disso, o programa tinha por finalidade apoiar técnica e financeiramente as atividades destinadas ao desenvolvimento dos setores de micros, pequenas e médias empresas e apoiar o desenvolvimento de grandes empreendimentos industriais considerados de maior relevância social e econômica para o estado de Goiás. A coordenação era feita por um Conselho Deliberativo composto por secretários de diversas pastas, além de membros de instituições ligadas à indústria. Foi um programa ousado, já que ao usar a autonomia administrativa, política e tributária para lançar incentivos a projetos econômicos, enfrentava o poder de UFs com indústrias já estabelecidas, uma verdadeira quebra de paradigmas.

De acordo com o a Secretaria de Indústria e Comércio - SIC, os resultados obtidos em 24 anos levaram ao surgimento de um forte parque industrial alicerçado num amplo crescimento da agroindústria goiana. Contudo, a indisponibilidade de dados sobre o Fomentar dificulta uma avaliação mais profunda dos seus resultados.

A experiência obtida com o Fomentar, que levou a um surto industrial no estado, possibilitou e estimulou Goiás a criar um novo Programa de atração de investimentos – o Produzir, englobando outros setores que demandavam por incentivos governamentais. Em 2000 o Produzir é lançado. Ele é o Programa do Governo do Estado de Goiás que incentiva a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o

aumento da competitividade estadual com ênfase na geração de emprego, renda e redução das desigualdades sociais e regionais ².

Com a edição da Lei nº 16.285, de 30 de junho de 2008, foi possibilitado às empresas beneficiárias do programa Fomentar migrarem para o programa Produzir, bem como, caso desejassem continuar no programa, reformular seus projetos.

Da mesma forma que o Fomentar, o Produzir atua sob a forma de financiamento de parcela mensal de ICMS devido pelas empresas beneficiárias, tornando o custo da produção mais barato e seus produtos mais competitivos no mercado. A maior diferença entre os programas é o limite total do ICMS a ser financiado, 70% no Fomentar e 73% no Produzir.

Abaixo, uma síntese dos principais Programas e Benefícios utilizados na política de atração de investimentos do estado.

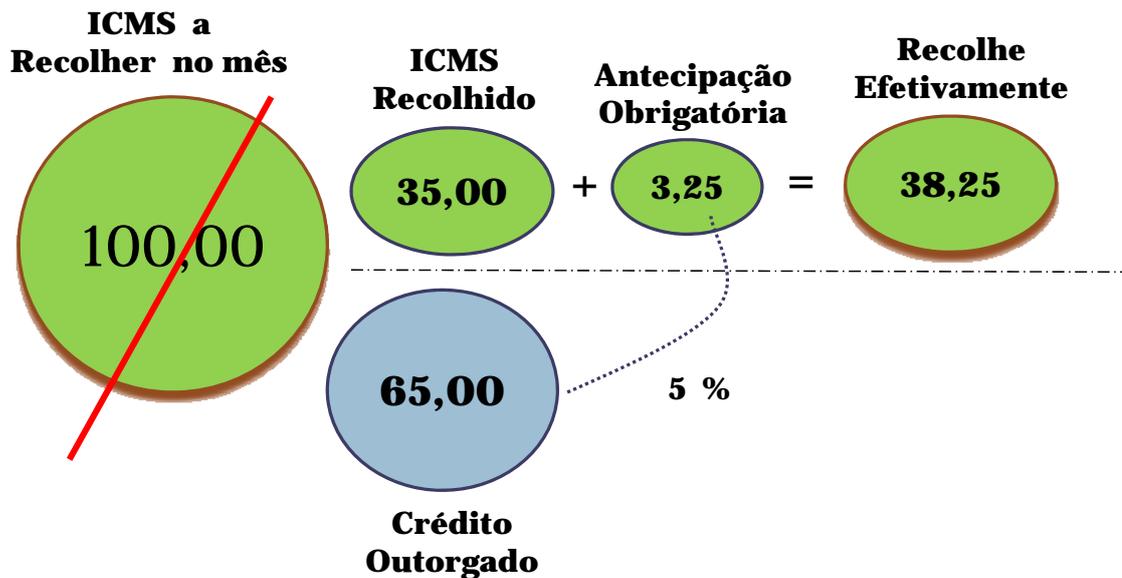
2.1. IMPORTAR E DISTRIBUIR POR GOIÁS

O programa estadual de incentivo a importação e distribuição por Goiás é o COMEXPRODUZIR, um benefício fiscal amparado pela Lei nº 14.186/02 e Decreto nº 5.686/02. Nas vendas interestaduais é concedido crédito outorgado de 65% nas saídas. Nas vendas internas há redução na base de cálculo de 17% para 10% do ICMS.

Os bens e mercadorias devem ser desembaraçados em Goiás, por intermédio de estrutura portuária de zona secundária. A empresa também deve contribuir com um montante equivalente a 5% do valor do crédito outorgado, como forma de contrapartida para programas sociais do Governo Estadual.

² Texto disponível em <http://www.sic.goias.gov.br/post/ver/112604/fomentar>

Figura 1 – Exemplo Numérico do Crédito Concedido nas Operações Interestaduais

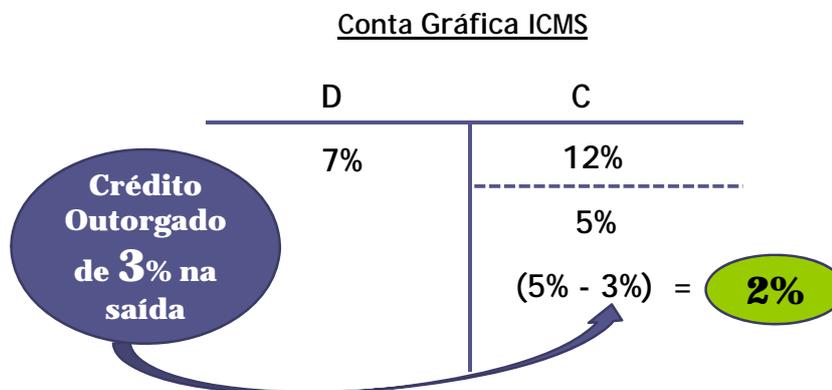


Elaboração: SIC

2.2. INCENTIVO ÀS CENTRAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE MERCADORIAS

Muitas empresas têm migrado suas operações de distribuição de mercadorias para Goiás graças a um crédito outorgado concedido nas vendas, um benefício fiscal amparado pelo Decreto nº 4.852/97. Nas operações interestaduais é concedido crédito outorgado de 3% nas saídas, reduzindo o ICMS para 2%. Nas operações internas há redução na base de cálculo de 17% para 10%.

Figura 2 – Demonstração Contábil do Crédito Concedido nas Operações Interestaduais

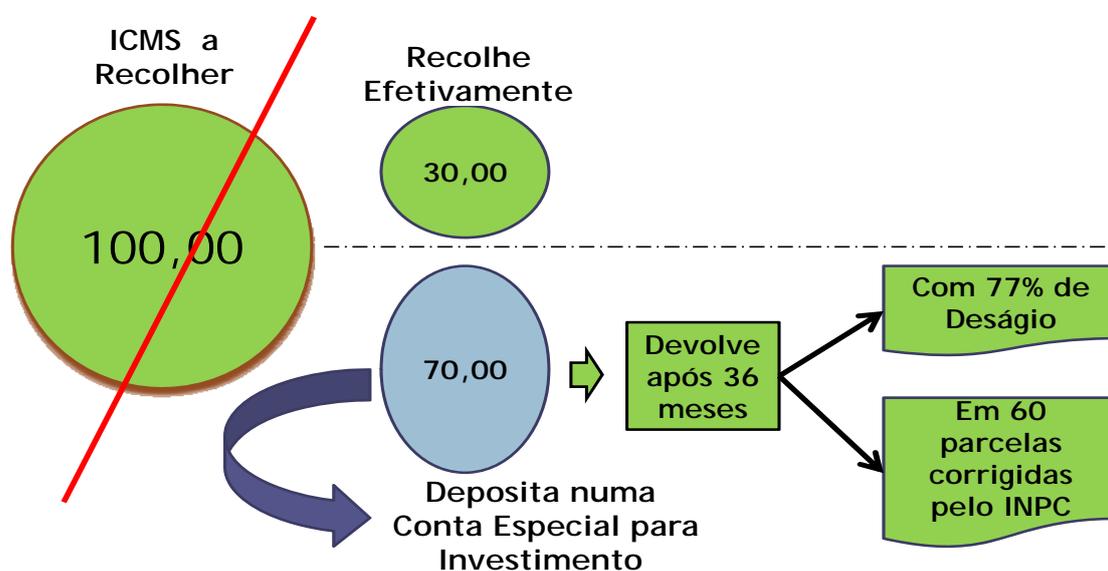


Elaboração: SIC

2.3. CRÉDITO ESPECIAL PARA INVESTIMENTO PARA QUEM DISTRIBUI POR GOIÁS, MAS TEM INTERESSE EM CONSTRUIR SUA FÁBRICA NO ESTADO

Quando a empresa já distribui seus produtos por Goiás utilizando o crédito outorgado de 3% nas saídas interestaduais, mas tem a intenção de produzir no estado, pode utilizar parte do ICMS a ser recolhido pela Central de Distribuição para construir sua fábrica, no caso os 2% do exemplo anterior. Será autorizado depositar numa Conta Especial para Investimentos 70% do ICMS devido e recolher apenas 30%. Após 36 meses a empresa deverá devolver os 70%. São duas as opções de devolução, a vista com deságio de 77% ou em 36 meses corrigidos pelo INPC.

Figura 3 – Exemplo Numérico do Crédito Especial Concedido

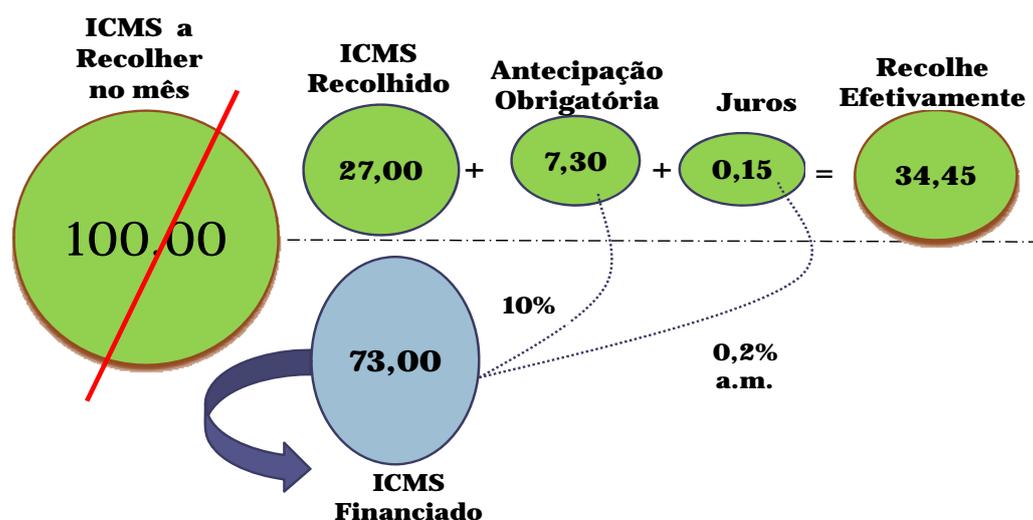


Elaboração: SIC

2.4. INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

O Produzir é o programa governamental mais importante na atração de investimentos. Contribui para a implantação de novas indústrias, a expansão, modernização e diversificação das indústrias goianas e é amparado pela Lei nº 13.591/00 e Decreto nº 5.265/00. Consiste no financiamento de parte do ICMS mensal devido pela empresa. Esse financiamento pode chegar a 73%. Como é um financiamento, a empresa deve pagar juros de 0,2% a.m. e, ainda, uma antecipação de 10% sobre o valor financiado como forma de contrapartida/ garantia. Essa antecipação será utilizada para a implementação de diversos programas de Governo.

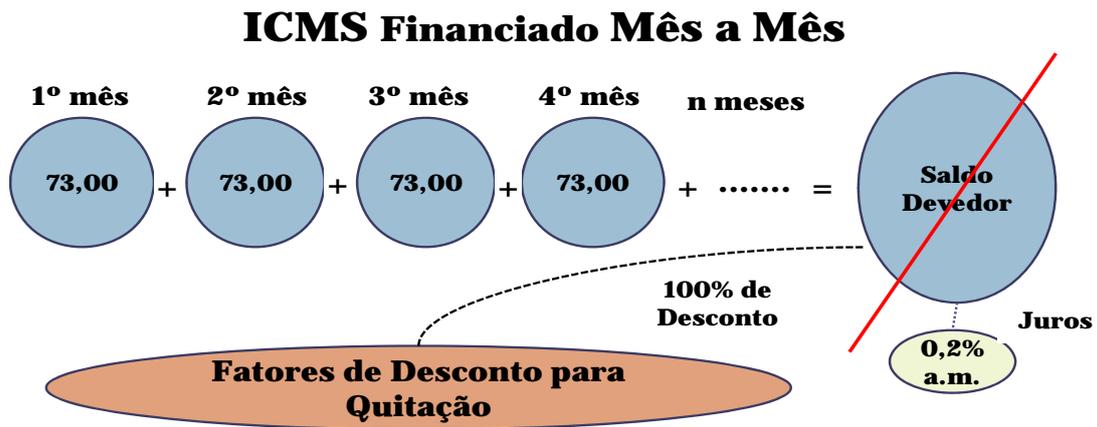
Figura 4 – Exemplo Numérico do Financiamento Concedido



Elaboração: SIC

O valor financiado mês a mês, os 73%, comporá o saldo devedor do financiamento e será quitado nas auditorias de rebate. Nessas auditorias a empresa comprovará Fatores de Descontos escolhidos por ela em seu projeto. Os Fatores são de fácil comprovação e o objetivo da empresa é alcançar 100% de desconto quitando integralmente o financiamento.

Figura 5 – Exemplo Numérico da Composição do Saldo Devedor do Financiamento



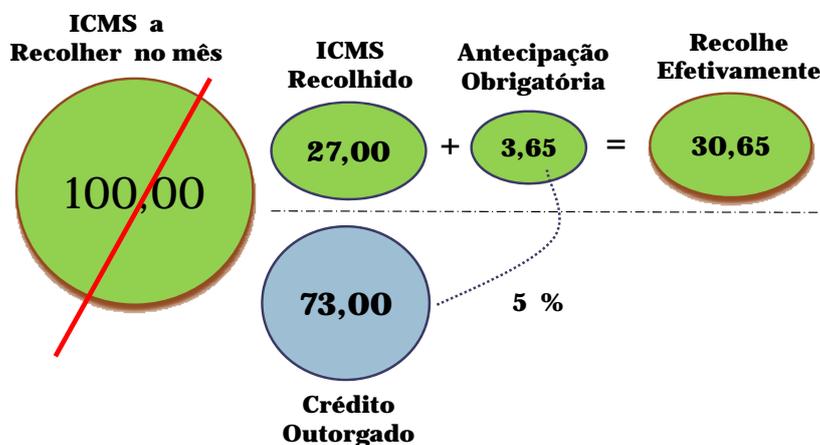
Elaboração: SIC

2.5. INCENTIVO ÀS EMPRESAS DE LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO

Esse benefício fiscal é concedido às empresas operadoras de logística, inclusive as que operam com agenciamento de cargas e armazenamento de mercadoria própria ou de terceiro, destinada à distribuição no País. O amparo legal é a Lei nº 14.244/02 e o Decreto nº 5.835/03.

Apesar de ter a mesma metodologia do Produzir, não se trata de incentivo financeiro, mas de crédito outorgado de 73% nas vendas. A empresa recolhe 27% do ICMS devido e, ainda, uma antecipação de 5% sobre o crédito outorgado como forma de contrapartida que será utilizada para a implementação de programas do Governo.

Figura 6 – Exemplo Numérico do Crédito Concedido



Elaboração: SIC

3. RESULTADOS DO FOMENTAR, PRODUZIR E SEUS SUBPROGRAMAS

Em 2010, foram aprovados 76 projetos, com previsão de geração de 6.055 empregos diretos, investimentos fixos de R\$ 710 milhões e concessões de R\$ 4 bilhões. Em 2011 foram aprovados 74 projetos, com previsão de 6.182 novos empregos diretos, R\$ 2 bilhões de investimentos fixos e R\$ 8,8 bilhões de concessões. Já em 2012 foram 85 projetos aprovados, mais de R\$ 1,4 bi em investimentos fixos e R\$ 4,8 bi em benefícios.

Tabela 1 – Evolução dos projetos aprovados no Produzir/Fomentar (2000-2013).

Ano	Número de projetos	Empregos diretos	Investimento fixo (R\$)	Benefícios (R\$)
2000	10	478	52.377.799	180.623.920
2001	59	4.201	546.672.521	2.373.628.081
2002	83	5.283	652.165.054	4.211.624.933
2003	297	36.024	5.907.201.153	18.934.499.001
2004	217	14.625	1.831.542.697	14.135.228.484
2005	175	20.520	3.171.430.156	18.045.106.699
2006	148	21.543	5.755.673.310	25.683.164.900
2007	131	33.903	8.903.160.628	48.522.897.324
2008	114	23.186	7.754.482.499	36.597.822.650
2009	100	12.794	2.076.398.840	13.578.303.433
2010	76	6.055	710.551.266	4.919.167.213
2011	74	6.182	2.019.654.472	8.833.877.774
2012	85	6.667	1.394.546.718	4.776.727.391
2013*	100	8.820	1.044.186.664	6.679.940.025
Total	1.669	200.281	41.820.043.777	207.472.611.828

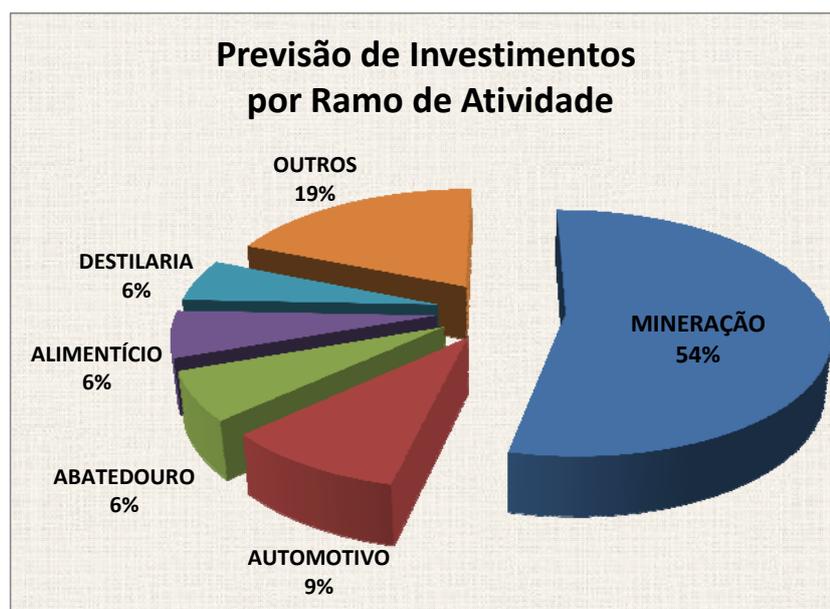
Fonte: SIC / Produzir

* até out/13

Para 2013, nos projetos aprovados até outubro, o número de novos empregos diretos já ultrapassa 2012, mas o total dos investimentos, apesar de significativo, será menor. Até o momento se tem mais de R\$ 1 bi em investimentos fixos e R\$ 6,6 bi em benefícios concedidos.

Analisando os projetos em 2013 observa-se que o perfil dos investimentos passa por um processo de modificação. O setor de alimentos, que nos últimos 40 anos puxou o processo de desenvolvimento, deu lugar a outras atividades a exemplo da Indústria da Mineração, com 54% dos investimentos previstos, e o Setor automotivo com 9% do total.

Gráfico 2 – Percentual de empresas com previsão de investimentos, por atividade



Fonte: SIC / Censo Produzir 2012
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Deve-se salientar que, apenas nos últimos 13 anos, foram aprovados mais de 1.600 projetos do Fomentar, Produzir e seus subprogramas, com expectativa de geração de mais de 200 mil empregos diretos. A arrecadação abdicada por Goiás, caso a totalidade dos benefícios seja utilizada, superará a casa dos R\$ 200 bilhões, enquanto o investimento previsto superará R\$ 40 bilhões (valores nominais). Ou seja, será que grande parte desses investimentos seria atraída sem uma arrojada política de incentivos e benefícios?

Pode-se concluir que os programas Fomentar e o Produzir foram fundamentais na modificação do perfil produtivo do Estado, que em 1970 era eminentemente agrário e a partir dos anos 2000 se torna agroindustrial, diversificando a cada ano sua cesta de investimentos produtivos.

Graças aos incentivos, o agronegócio evoluiu devido à maior demanda do setor agroindustrial, sendo esse o carro-chefe da economia goiana. Ademais, Goiás foi o primeiro estado fora das regiões Sul/Sudeste a receber montadoras de veículos, na busca por um pólo metal-mecânico³. Apesar de serem empresas intensivas em capitais (Mitsubishi, Hyundai, Suzuki e John Deere), a geração de empregos é alta e existe atração de mão de obra qualificada para a região onde essas indústrias estão instaladas.

Por mais que parte das matérias-primas de algumas indústrias seja produzida em Goiás, o que reduz o custo de transporte - importante componente sobre os custos de produção, é difícil competir com o mercado produtor e consumidor de São Paulo, Rio e Minas, por exemplo, no que diz respeito ao tamanho, uma das principais variáveis para atração de investimento. Assim, em muitos casos, a política de incentivos fiscais se torna necessária para atrair indústrias, principalmente, não ligadas ao setor agropecuário.

No que se refere à guerra fiscal, é improvável que esta represente uma ameaça aos estados do Sul/Sudeste, já que a infraestrutura e o mercado consumidor são diferenciais para a maioria das indústrias que estão instaladas nas regiões que concentram mais de 80% do parque industrial brasileiro. Por outro lado, qualquer indústria que chegue a Goiás, ou a qualquer estado do Nordeste, por exemplo, torna-se um grande empregador e gerador de renda para o estado.

Para os que argumentam contra os incentivos financeiros e benefícios fiscais, existem outras opções ao crescimento e melhoria de competitividade do estado como investimentos em qualificação profissional e em desenvolvimento de infraestrutura, somados ao diferencial geográfico de Goiás, que poderia ser favorecido por planos logísticos, por exemplo, seriam um substituto aos ganhos da política de incentivos⁴. Mais a velocidade esperada seria alcançada num curto espaço de tempo como vivenciamos?

³ Texto disponível em <http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/para-evitar-catastrofe-economica-estado-luta-por-aliquota-a-12>

⁴ <http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/para-evitar-catastrofe-economica-estado-luta-por-aliquota-a-12>

Com essa breve introdução passa-se a apresentar o cerne do trabalho, ou seja, os números do Censo referentes aos programas supracitados, ademais, se buscará relacionar os resultados com a conjuntura econômica do estado.

4. RESULTADOS DO CENSO DAS EMPRESAS DO FOMENTAR, PRODUZIR E SUBPROGRAMAS

Os resultados do Censo das empresas do Fomentar, Produzir e subprogramas foram compilados e serão analisados a seguir. As informações foram coletadas até 31 de dezembro de 2012. Importante salientar que os valores tidos como anormais foram descartados, de modo a tentar isentar os resultados agregados de quaisquer exageros. Por outro lado, pode-se incorrer em um viés de seleção na amostra, entretanto, a Gerência de Auditoria do Produzir, responsável pelo Censo, buscou realizar uma reavaliação com as próprias empresas respondentes, de modo a minimizar a quantidade de perguntas sem respostas.

De um total de 459 empresas que estavam em fruição em dezembro de 2012, 456 responderam o Censo. Estão instaladas em 86 municípios do estado, majoritariamente na parte centro-sul. Na realidade, há uma concentração muito grande em poucos municípios. Apenas Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Goiânia, Itumbiara, Luziânia e Rio Verde possuem 64% dos questionários respondidos. Em termos de faturamento a concentração é ainda maior, já que 85% do valor total estão nesses municípios. E no caso do ICMS efetivamente recolhido, esses 7 municípios são responsáveis por 93% da arrecadação⁵.

Antes de aprofundar a análise, é fundamental classificar os (sub) programas⁶ de acordo com os tipos de atividades. Assim tem-se:

- **Indústria:** Produzir, Microproduzir e Fomentar;
- **Distribuição:** Centroproduzir e Progredir;
- **Importação:** Comexproduzir;
- **Logística:** Logproduzir.

⁵ Ressalta-se que pode haver um viés de seleção nessa análise. Isto é, como esses municípios têm, em média, mão de obra mais qualificada, é provável que os questionários foram respondidos com mais rigor.

⁶ Doravante, não se fará distinção entre programas e subprogramas.

4.1 – FATURAMENTO E ICMS RECOLHIDO

De acordo com a pesquisa, entre os programas, o Produzir, em conjunto com seus subprogramas, concentra o maior volume de faturamento (R\$ 32,2 bilhões e 51,3%) e arrecadação do ICMS (R\$ 592,1 milhões e 54,5%). Dentre os subprogramas do Produzir destacam-se o Comexproduzir, Centroproduzir e o Progredir, que possuem participações expressivas, tanto no volume de faturamento, quanto em ICMS recolhido (Tabela 2).

Vale lembrar que a reforma no Simples Nacional deixou o subprograma Microproduzir menos atrativo. Dessa forma, várias empresas que se enquadravam no Simples migraram do Microproduzir. Logo, isso explica a baixa adesão.

Tabela 2 – Número de empresas pesquisadas no Censo por programa, faturamento e ICMS recolhido - 2012

Programa	Nº de Empresas	Faturamento Anual		ICMS recolhido	
		R\$	%	R\$	%
Produzir	344	32.245.746.877	51,3	592.111.438	54,5
Produzir	296	25.860.473.140	41,2	357.419.172	32,9
Comexproduzir	27	3.121.019.976	5,0	105.823.636	9,7
Progredir	2	1.818.685.956	2,9	59.409.002	5,5
Centroproduzir	3	1.150.812.545	1,8	60.630.957	5,6
Logproduzir	10	292.032.588	0,5	8.782.890	0,8
Microproduzir	6	2.722.672	0,0	45.781	0,0
Fomentar	112	30.565.086.614	48,7	494.475.642	45,5
Total geral	456	62.810.833.491	100,0	1.086.587.080	100,0

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Ao espacializar os dados do Censo em relação à localização dos empreendimentos que são beneficiados pelos programas Produzir e Fomentar, nota-se que as microrregiões de Anápolis (26,3%), Catalão (24,8%) e Goiânia (17,5%), concentram 68,6% do faturamento das empresas respondentes. Com relação ao

ICMS recolhido, o comportamento concentrador é semelhante, apenas a microrregião de Goiânia assumiu a liderança, ao participar com 30,8% (Tabela 3).

Tabela 3 – Faturamento e ICMS recolhido por microrregião - 2012

Microrregião	Faturamento Anual		ICMS recolhido	
	R\$	%	R\$	%
Anápolis	16.509.121.685	26,3	259.270.496	23,9
Catalão	15.567.652.759	24,8	190.835.710	17,6
Goiânia	10.991.660.194	17,5	334.545.498	30,8
Sudoeste de Goiás	5.159.411.116	8,2	106.827.902	9,8
Entorno de Brasília	4.302.758.138	6,9	37.578.315	3,5
Meia Ponte	3.822.009.618	6,1	44.938.481	4,1
Quirinópolis	1.847.398.336	2,9	14.127.472	1,3
Vale do Rio dos Bois	1.488.821.602	2,4	36.187.690	3,3
Ceres	1.194.334.419	1,9	33.833.247	3,1
Pires do Rio	691.750.785	1,1	3.712.698	0,3
Anicuns	632.187.157	1,0	9.467.101	0,9
Porangatu	449.470.593	0,7	14.045.830	1,3
Aragarcas	87.925.190	0,1	803.214	0,1
Iporá	50.716.493	0,1	391.732	0,0
Vão do Paranã	15.615.406	0,0	21.695	0,0
Total geral	62.810.833.491	100,0	1.086.587.080	100,0

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Ao analisarem-se os setores pela seção do CNAE (Cadastro Nacional de Atividade Econômica), tem-se o maior faturamento na indústria de transformação, com R\$ 52,7 bilhões (83,9%). Em seguida, o comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas tem o segundo maior faturamento, com R\$ 6,1 bilhões (9,7%). E em terceiro lugar, a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, têm aproximadamente metade do faturamento do segundo colocado. Este resultado vai de encontro ao objetivo dos programas Produzir e Fomentar, que é de estimular o setor industrial.

Entretanto, na análise do ICMS recolhido a atividade de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas passa a ter uma maior participação ao representar 20,6% (Tabela 4).

Tabela 4 – Faturamento e ICMS recolhido por seção CNAE - 2012.

Seção (CNAE)	Faturamento Anual		ICMS recolhido	
	R\$	%	R\$	%
Indústrias de transformação	52.721.611.091	83,9	785.819.761	72,3
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	6.068.414.658	9,7	224.110.978	20,6
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3.429.078.583	5,5	55.626.546	5,1
Indústrias extrativas	185.694.781	0,3	1.294.941	0,1
Transporte, armazenagem e correio	161.563.949	0,3	4.853.949	0,4
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	151.124.794	0,2	1.737.560	0,2
Eletricidade e gás	63.298.380	0,1	12.923.868	1,2
Atividades administrativas e serviços complementares	30.047.255	0,0	219.477	0,0
Total geral	62.810.833.491	100,0	1.086.587.080	100,0

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

4.2 – EMPREGOS

Uma das principais variáveis para o recebimento dos benefícios dos programas é a quantidade de empregos gerados. Dessa forma, informações sobre empregabilidade foram levantadas no Censo em nível detalhado. No total, as empresas que participam dos programas concentravam no ano de 2012, mais de 108 mil empregados diretos, sendo que 23% desses empregos eram ocupados por mulheres.

Como os programas prevêem a inclusão social como fator de desconto para quitação do saldo devedor, essa característica se revela nos números do Censo. Mais de 1.560 empregos são portadores de necessidades, mais de 10 mil (10% do total) são pessoas que nunca trabalharam e quase 8 mil são empregados com idade superior a 50 anos. Chama atenção a importância da mão de obra qualificada nos programas, onde mais de 8 mil trabalhadores possuem curso superior e mais de 700 são estagiários.

Tabela 5 – Número de empregos, por programa e categorias, e média salarial - 2012

Programa	Mulheres	Empregos Diretos	Portadores de Necessidade	Primeiro Emprego	Maior de 50 anos	Estagiários	Curso Superior	Menos de 2 salários mínimos	Média salarial
Centroproduzir	152	800	10	113	64	4	97	525	1.253,17
Comexproduzir	52	153	2	4	4	2	47	84	1.905,59
Fomentar	11.533	49.357	865	7.136	4.557	331	4.301	30.421	1.465,03
Logproduzir	123	1.717	10	15	129	4	84	862	1.548,24
Microproduzir	24	119	-	-	5	-	10	86	1.205,86
Produzir	12.997	56.064	677	3.643	3.310	413	3.916	35.660	1.351,66
Progridir	66	334	5	-	3	1	2	320	1.700,00
Total geral	24.947	108.544	1.569	10.911	8.072	755	8.457	67.958	1.415,57

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Por outro lado, a maior parte dos postos de trabalhos (62%) são ocupados por trabalhadores que receberam menos de 2 salários mínimos. Isso, inclusive, explica a média salarial paga pelas empresas que utilizam os benefícios dos programas, que foi de R\$ 1.416. Entre os programas e subprogramas, a média salarial do Microproduzir é a menor, com um valor de R\$ 1.206. Já as empresas exportadoras são as que melhor remuneram, com uma média salarial de R\$ 1.906. A segunda menor média é a do Centroproduzir, com um valor de R\$ 1.253.

4.3 – AGREGAÇÃO DE VALOR

Outra variável fundamental é a agregação de valor, ou, valor adicionado. Este é ligado ao percentual de uso de matérias-primas das empresas dos programas, o qual foi tratado pelo Censo. Essa contabilização da matéria-prima só faz sentido para as empresas do Produzir, Microproduzir e Fomentar, já que esses programas são voltados para empresas que agregam valor à matéria-prima. No caso, o Microproduzir é o que mais agrega valor, multiplicando em quase duas vezes o valor da matéria-prima. O Fomentar e Produzir agregam 69% e 49% sobre o valor das matérias-primas.

Tabela 6 – Agregação do valor de matéria-prima, por programa

Programa	Valor total compras	Valor faturamento anual	Índice de agregação à Matéria-Prima	% agregação à matéria prima
FOMENTAR	13.878.395.016	30.565.086.614	1,69	69%
MICROPRODUIR	1.077.998	2.722.672	1,94	94%
PRODUIR	13.307.678.058	25.860.473.140	1,49	49%

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Por outro lado, para as empresas do Centroproduzir, Progredir, e Logproduzir, considera-se as mercadorias para revenda como forma de verificar a agregação de valor, pois o foco desses subprogramas são empresas que trabalham com produtos acabados.

As empresas do Comexproduzir importam tanto para revender como para fornecer matéria-prima para outras empresas, entre seus grandes clientes estão as indústrias farmacêuticas.

4.4 – RELAÇÕES COMERCIAIS

Neste tópico algumas informações não foram captadas em valores absolutos, mas em percentuais, portanto, o que conta aqui são os números de citações. Isso ocorreu porque algumas informações foram estimadas para serem preenchidas, assim o questionário buscou uma maior acurácia por parte do respondente⁷. Salienta-se para a verificação do questionário do Censo, anexado ao fim do estudo. Ademais, os percentuais apresentados foram feitos sobre médias simples, isto é, não foram ponderados por volume, mas por citações.

No que diz respeito às origens das matérias-primas, as resposta do Censo revelam que 23% da matéria usada pelas empresas do Produzir são de origem local e

⁷ O erro de memória por parte dos respondentes existe, entretanto, para as variáveis numéricas assume-se que na média este é igual a zero, já que ele deve ser superestimado em alguns casos e subestimado em outros.

os outros 77% vêm de fora ⁸, percentagem próxima à do Fomentar, onde a representatividade de insumos locais é de aproximadamente 22% ⁹.

É bem sabido que a maior parte dos produtos industrializados no Brasil vem das regiões Sul e Sudeste. Assim, ainda existe uma dificuldade de o estado produzir localmente alguns insumos, principalmente os manufaturados. Além disso, as indústrias goianas sofrem com gargalos que diminuem a sua competitividade como a falta de mão de obra qualificada, dificuldades de escoamento da produção e falta de oferta adequada de energia, em certas regiões, como será visto posteriormente.

A tabela a seguir mostra os principais estados fornecedores para as empresas pesquisadas pelo Censo, por programa. Como supracitado, chamam atenção o relacionamento de empresas com os estados do Sul e Sudeste do Brasil, que ocupam as primeiras posições, segundo tabela a seguir.

Tabela 7 – Número de citações pelas empresas, dos estados fornecedores de insumos - por programa.

UF	Fomentar	Microproduzir	Produzir	Total geral
SP	87	3	217	307
MG	34	1	100	135
GO	42	2	90	134
PR	30	1	54	85
RJ	17		40	57
SC	13		43	56
RS	10		43	53
DF	11	1	29	41
MT	3		20	23
BA	10		11	21
ES	6	1	9	16
MS	2		12	14
Demais	41		148	189
Total geral	306	9	816	1131

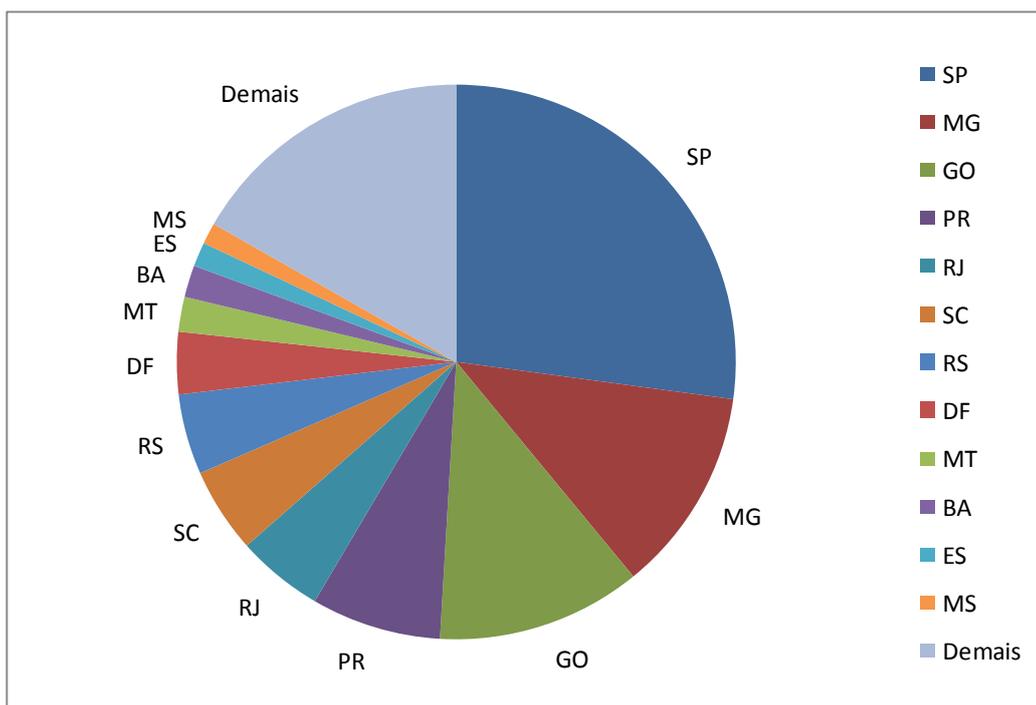
Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

⁸ Esses valores não foram ponderados por nenhuma variável que indique o tamanho da empresa.

⁹ O Censo não contemplou esses dados em valores absolutos.

Gráfico 3 – Participação do número de citações pelas empresas, dos principais estados fornecedores de insumos.



Fonte: SIC / Censo Produzir 2012
 Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Outra parte das matérias-primas vem de fora do Brasil. Ao total as empresas pesquisadas importam de mais de 50 países. Entre os principais fornecedores destacam-se China, EUA, Alemanha e Argentina. Portanto, é essencial que o Brasil (não apenas Goiás) tenha boas relações diplomáticas e, principalmente, comerciais com essas nações. Acordos de livre comércio, aduana organizada, vias de transporte em boas condições, são facilitadores ao intercâmbio com esses países. Por isso a iniciativa governamental estadual, como alternativa na promoção comercial, foi intensificada nos últimos anos, seja por meio de missões comerciais independentes ou compartilhadas, seja na participação em feiras e eventos e também na busca de parcerias com organismos internacionais fomentadores de comércio internacional.

Tabela 8 – Número de citações pelas empresas dos países fornecedores de insumos, por programa

País	Fomentar	Produzir	Total geral
China	13	18	31
Eua	9	9	18
Alemanha	8	8	16
Argentina	7	8	15
Índia	2	8	10
México	5	0	5
Chile	4	0	4
Japão	1	3	4
Itália	3	1	4
Espanha	1	3	4
Tailândia	1	2	3
França	1	2	3
Demais	11	16	27
Total geral	66	78	144

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Mais especificamente, sobre a compra de mercadorias, isto é, a compra de produtos finais para revenda, a qual faz sentido apenas para o Centroproduzir, Comexproduzir, Logproduzir e Progredir, tem-se que a média percentual (não ponderada) de mercadorias vindas de outros estados é de 7%, 15%, 88% e 16%, para tais programas, respectivamente. Os estados de origem dessas mercadorias que se destacam estão na tabela abaixo. Vale ressaltar que o padrão anterior se repete, com as UFs do Sul e Sudeste nas primeiras posições.

Tabela 9 – Número de citações pelas empresas dos principais estados fornecedores de mercadorias - por programa.

UF	Centroproduzir	Comexproduzir	Logproduzir	Progridir	Total geral
SP	3	10	1	2	16
PR	2	3	0	0	5
RJ	0	4	0	0	4
MG	0	2	0	2	4
AM	3	0	0	0	3
SC	1	1	1	0	3
BA	0	2	0	0	2
RS	0	1	1	0	2
MS	0	0	0	2	2
PA	0	2	0	0	2
Demais	0	11	3	0	0
Total Geral	9	36	6	6	57

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Já sobre as compras internacionais, têm-se citações apenas para o programa Comexproduzir. Novamente, EUA, China e Índia se destacam entre as nações que fornecem bens para as empresas do referido programa.

Tabela 10 – Número de citações pelas empresas, dos países fornecedores de bens (Comexproduzir)

Países	Comexproduzir
Eua	7
China	7
Espanha	2
Índia	2
Suiça	1
Malásia	1
Holanda	1
Argentina	1
Republica Theca	1
Alemanha	1
Uruguai	1
França	1
Inglaterra	1
Total geral	27

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Já em relação à compra de máquinas e equipamentos, se verifica que a procedência nacional é similar à anterior, isto é, a maior parte das máquinas e equipamentos vem das regiões mais industrializadas do Brasil. Entre os programas que mais investiram nesses bens estão as empresas do Produzir, seguido das do Fomentar. As compras dos subprogramas do Produzir são ínfimas, representando menos de 5% do total de citações.

Tabela 11 – Número de citações pelas empresas, dos principais estados fornecedores de máquinas e equipamentos, por programa

UF	CENTROPRODUIZIR	COMEXPRODUIZIR	FOMENTAR	LOGPRODUIZIR	MICROPRODUIZIR	PRODUIZIR	Total
SP	1	7	78	2	1	197	286
GO	1	1	31	3		77	113
MG	2		25	1		64	92
PR			24	1	1	39	65
SC			13			46	59
RS		3	9	2		40	54
RJ		1	11			25	37
DF		2	10			20	32
Outros	2	10	66	3	7	179	267
Total geral	6	24	267	12	9	687	1005

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

No que se refere às compras internacionais de máquinas e equipamentos, os mesmos personagens anteriores chamam atenção (EUA, China e Índia), além da Alemanha, Argentina e Japão, como principais exportadores de máquinas e equipamentos para as empresas pesquisadas. O caso da Alemanha aparece por ser a principal fornecedora para a indústria fármaco-química situada em Anápolis.

Tabela 12 – Número de citações pelas empresas dos países fornecedores de máquinas e equipamentos, por programa

País	Comexproduzir	Fomentar	Produzir	Total
China	0	8	5	13
Eua	1	7	5	13
Alemanha	0	9	4	13
Itália	0	11	4	15
Argentina	0	2	3	5
Inglaterra	0	0	2	2
Japão	0	3	2	5
Índia	0	2	2	4
Demais	1	15	12	28
Total	2	57	39	98

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012
 Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

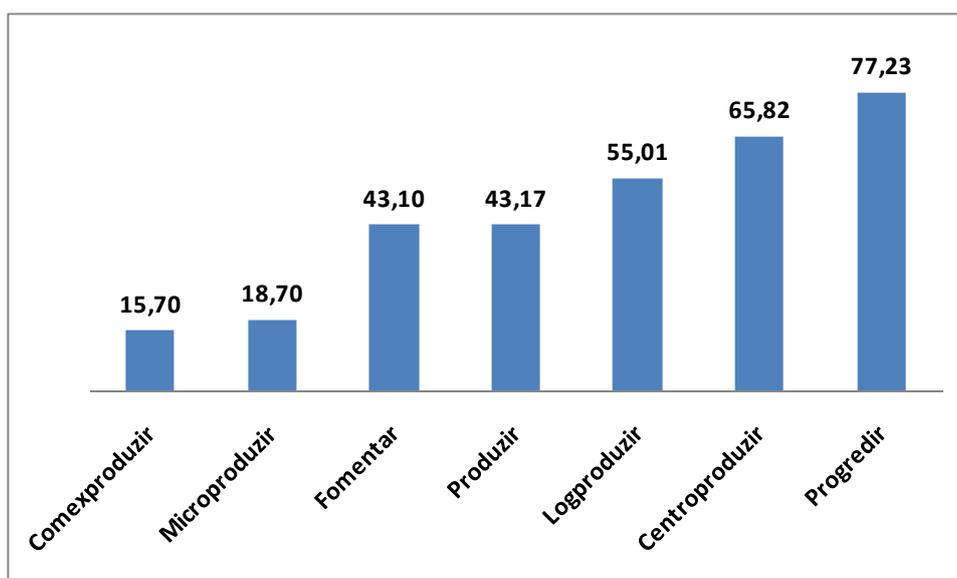
Ainda sobre as relações comerciais das empresas dos programas, o percentual de vendas dessas companhias dentro do próprio estado de Goiás é diferente entre os programas. O Progredir, Centroproduzir e Logproduzir, são os que têm os maiores índices de mercadorias que ficam no estado. Por outro lado, apenas 15,7% das vendas do Comexproduzir são para o mercado interno.

Tabela 13 – Percentual médio de vendas internas, por programa

Programa	Média % vendas para Goiás
Centroproduzir	65,82
Comexproduzir	15,70
Fomentar	43,10
Logproduzir	55,01
Microproduzir	18,70
Produzir	43,17
Progredir	77,23
Total	41,77

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012
 Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Gráfico 4 – Percentual médio de vendas internas, por Programas



Fonte: SIC / Censo Produzir 2012
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

4.5 - INVESTIMENTOS

O Censo buscou verificar, junto às empresas que utilizam os benefícios dos programas Produzir e Fomentar, informações sobre investimentos realizados no estado e uma sondagem da intenção de investimentos nos próximos cinco e dez anos. Assim, os investimentos realizados foram especificados em dois grupos: Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e em ativos não circulantes.

Do total de investimentos já realizados, em torno de R\$ 10 bilhões, apenas uma pequena parte (2%) foi direcionada à P&D, uma das principais atividades que promovem o ganho de produtividade e inovação das empresas. Provavelmente, a falta de mão de obra qualificada tenha contribuído para o baixo valor dessa variável. Inúmeras citações que foram feitas no Censo, próximo tópico que será abordado abaixo, comprovam essa informação. Do total de investimentos em ativo circulante, 80,7% foram realizados na atividade da indústria de transformação, devido ao direcionamento da atuação dos programas.

Tabela 14 – Investimentos realizados por categoria e seção CNAE

Seção (CNAE)	Investimento Realizado			
	P&D		Ativo não Circulante	
	R\$	%	R\$	%
Indústrias de transformação	199.276.246	98,3	7.992.575.655	80,7
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	2.593.231	1,3	1.542.310.019	15,6
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	474.949	0,2	139.081.857	1,4
Indústrias extrativas	271.635	0,1	119.089.814	1,2
Eletricidade e gás	-	-	96.321.344	1,0
Atividades administrativas e serviços complementares	-	-	8.582.007	0,1
Transporte, armazenagem e correio	59.048	0,0	2.378.301	0,0
Total	202.675.110	100,0	9.900.338.998	100,0

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Entre as microrregiões goianas, a Região Metropolitana de Goiânia, que possui o maior estoque de cientistas/pesquisadores do estado, foi a que mais teve investimentos em P&D. Em seguida, Catalão, Anápolis e o Sudoeste tiveram conjuntamente uma adição de mais de R\$ 70 milhões em investimentos com pesquisa, onde se destacam investimentos na cadeia do agronegócio e também na indústria metalmeccânica. Já sobre o investimento em ativos circulantes, a lista muda e as microrregiões com mais investimentos foram Meia Ponte, Ceres e Quirinópolis, com montante acima de R\$ 6 bilhões no total.

Tabela 15 – Investimentos realizados por microrregião

Microrregião	Investimento Realizado			
	P&D		Ativo não Circulante	
	R\$	%	R\$	%
Meia Ponte	898.367	0,4	3.903.863.741	39,4
Ceres	113.972	0,1	1.277.336.539	12,9
Quirinópolis	-	-	1.210.872.774	12,2
Sudoeste de Goiás	15.011.294	7,4	943.473.631	9,5
Goiânia	127.864.106	63,1	831.333.839	8,4
Anápolis	25.053.419	12,4	781.276.431	7,9
Catalão	30.621.133	15,1	336.624.193	3,4
Entorno de Brasília	186.043	0,1	287.761.519	2,9
Vale do Rio dos Bois	775.617	0,4	175.305.437	1,8
Anicuns	295.285	0,1	115.455.877	1,2
Vão do Paranã	120.000	0,1	18.500.000	0,2
Iporá	-	-	10.617.641	0,1
Aragarcas	7.300	0,0	3.664.000	0,0
Pires do Rio	1.628.572	0,8	2.500.000	0,0
Porangatu	100.000	0,0	1.753.375	0,0
Total	202.675.110	100,0	9.900.338.998	100,0

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Um dos maiores interesses dos programas é sobre a atração de investimentos, que acaba trazendo tecnologia e conhecimento para o estado, além dos empregos e renda. A pesquisa buscou examinar, com a alta direção (presidência, diretoria e *controller*) das empresas pesquisadas a intenção de investimentos para os próximos 5 anos (2014 – 2018). Assim, vê-se que se a promessa do emprego de capitais for cumprida, o conjunto das empresas do Fomentar, Produzir e seus subprogramas têm uma previsão de investimentos de R\$ 14 bilhões.

Por ter o maior número de plantas produtivas, a indústria de transformação se destaca entre as atividades que mais investirão, tanto em P&D, quanto em ativos não circulantes (Tabela 16).

Tabela 16 – Investimentos previstos para os próximos cinco anos, por seção CNAE

Seção (CNAE)	Investimento Previsto (Intenção)	
	R\$	%
Indústrias de transformação	10.541.731.571	75,1
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.733.239.978	19,5
Indústrias extrativas	483.076.895	3,4
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	115.020.000	0,8
Transporte, armazenagem e correio	103.000.000	0,7
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	29.700.000	0,2
Eletricidade e gás	25.000.000	0,2
Atividades administrativas e serviços complementares	12.000.000	0,1
Total	14.042.768.444	100,0

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Entre as microrregiões com a maior quantidade de investimentos previstos chamam atenção Goiânia, Anápolis, Catalão e o Sudoeste goiano, que juntas representam 67,5% do total dos investimentos previstos para os próximos cinco anos. Não por acaso, estas microrregiões abrigam os polos das indústrias de transformação do estado.

Tabela 17 – Investimentos previstos para os próximos cinco anos, por microrregião

Microrregião	Investimento Previsto (Intenção)	
	R\$	%
Goiânia	3.884.937.929	27,7
Anápolis	2.452.042.223	17,5
Vale do Rio dos Bois	1.605.451.268	11,4
Catalão	1.536.518.697	10,9
Meia Ponte	1.188.348.214	8,5
Sudoeste de Goiás	1.179.164.738	8,4
Quirinópolis	830.300.000	5,9
Porangatu	599.073.175	4,3
Ceres	380.230.000	2,7
Entorno de Brasília	213.895.200	1,5
Pires do Rio	130.000.000	0,9
Anicuns	30.807.000	0,2
Vão do Paranã	5.000.000	0,0
Aragarcas	3.500.000	0,0
Iporá	3.500.000	0,0
Total	14.042.768.444	100,0

Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

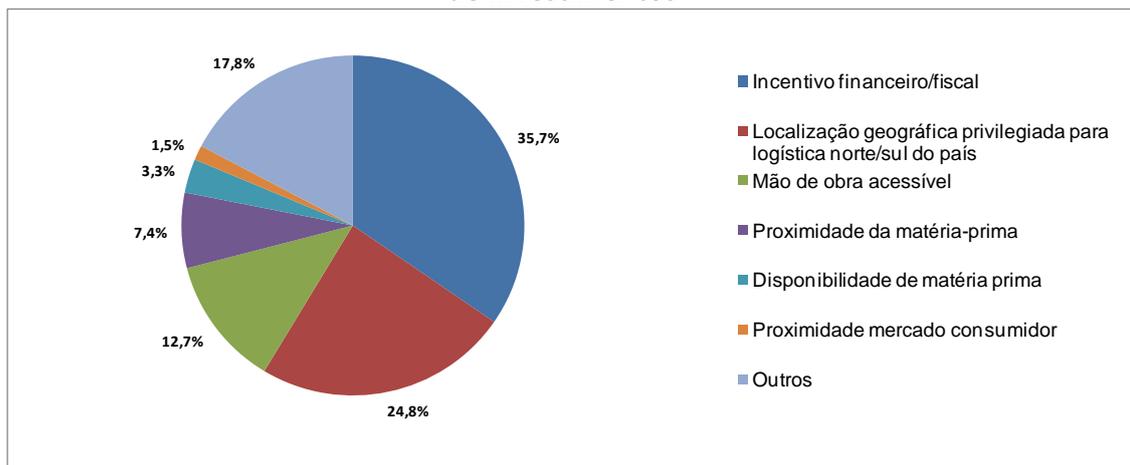
Uma correlação positiva (estatisticamente significativa) encontrada no estudo foi entre o ICMS recolhido e o investimento em P&D. Outra, também positiva, foi entre o ICMS recolhido e a intenção de investimento nos próximos 5 anos. O estado tem a perspectiva de um ICMS recolhido crescente para os próximos anos, por consequência, os gastos com P&D e investimentos acompanharão tal tendência se a relação acima se mantiver. Assim, a produtividade no estado crescerá.

4.6 - FATORES DE ATRATIVIDADE

A escolha da localização de um empreendimento é uma decisão feita após uma apreciação das vantagens relativas de diferentes localizações para a implantação do negócio. Assim, o Censo investigou, junto às empresas, sobre os fatores de atratividade e oportunidades de investimentos, isto é, o diferencial do estado para trazer as empresas. Entre eles se destacam com o maior número de citações: a

disponibilidade de matéria-prima, localização central de Goiás no Brasil, mão de obra (acessível e barata), e, principalmente, o próprio benefício fiscal, disparado em primeiro lugar com mais de 350 das 950 citações, o que justifica a permanência do programa como política de atração de empresas.

Gráfico 5 – Percentual de citações sobre os fatores de atratividade e oportunidades de investimentos



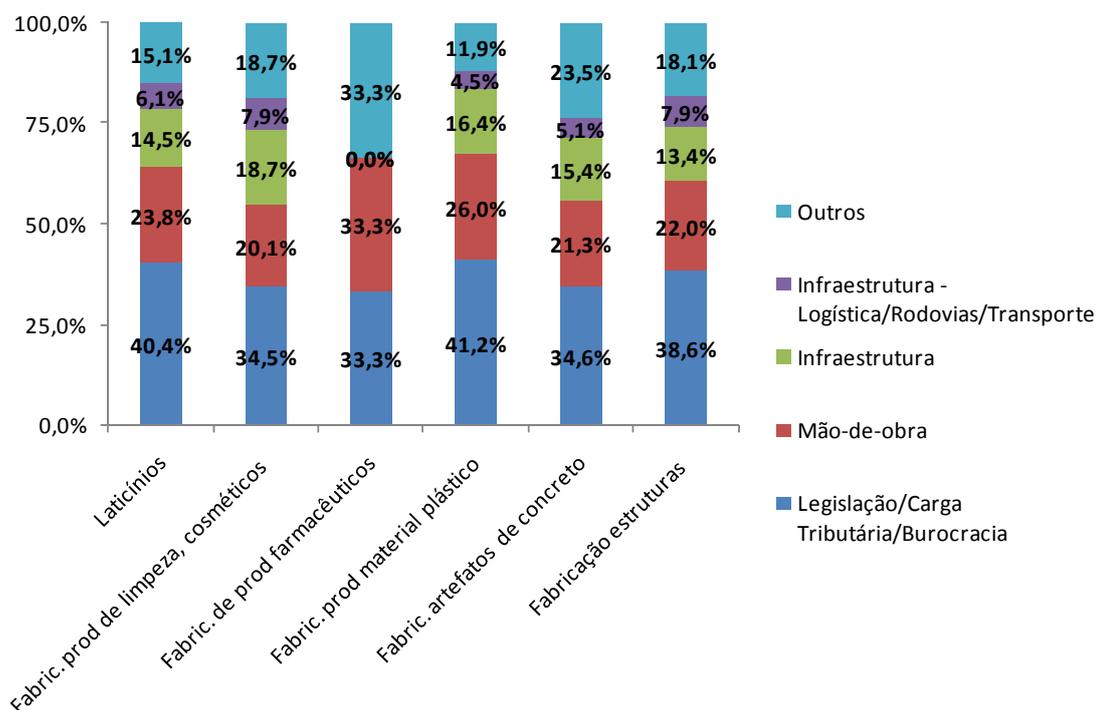
Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

4.7 - GARGALOS E LIMITAÇÕES

Por fim, a pesquisa verificou os gargalos e limitações que atrapalham o desenvolvimento das empresas participantes dos programas, mas que de modo geral, devem afetar todas as indústrias instaladas em Goiás. E junto com isso, também levantou os tipos de serviços e insumos que são prestados por outras empresas de forma inadequada ou insuficiente. Nessa última categoria, a maior quantidade de protestos citados diz respeito à falta de profissionais ligados à manutenção de equipamentos industriais, embalagens, falta de matéria-prima industrializada, logística e serviços técnicos especializados.

Gráfico 6 – Percentual de citações sobre os gargalos e limitações que atrapalham o desenvolvimento das empresas, por setor

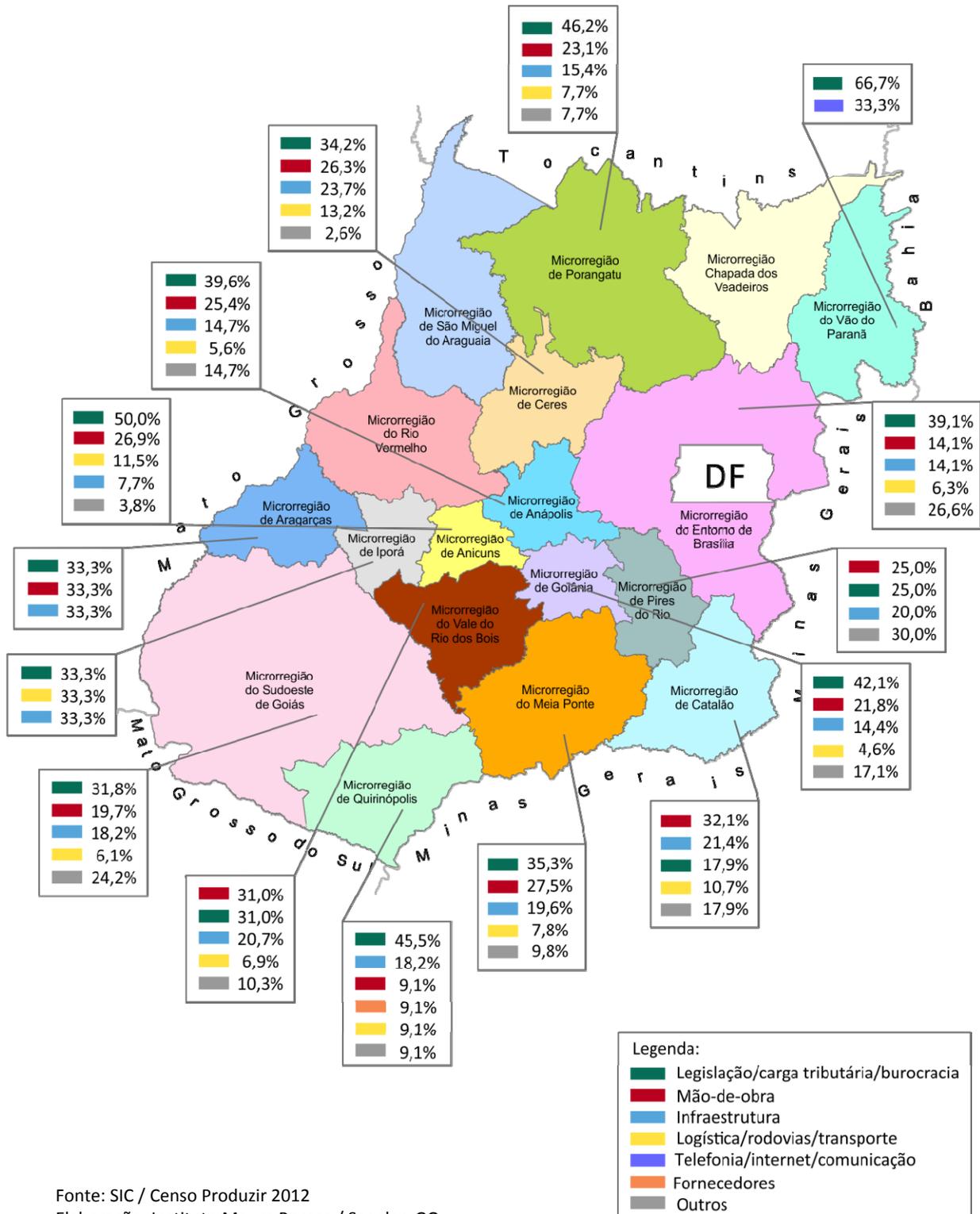


Fonte: SIC / Censo Produzir 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Os gargalos mais citados pelas empresas pesquisadas, mais de 200 em um universo de 960, como os maiores entraves ao desenvolvimento das indústrias goianas foram: a burocracia governamental, problemas de infraestrutura e falta de mão de obra qualificada. Entretanto, outras citações feitas, mais específicas, se relacionam às respostas supracitadas. Entre elas, problemas com legislação (burocracia), energia elétrica, rodovias e logística (infraestrutura). Em seguida, a carga tributária elevada e a insegurança jurídica, provocada pelo receio do fim dos incentivos, devido às discussões sobre unificação da alíquota de ICMS e guerra fiscal. É importante ressaltar que esses problemas se aplicam a toda indústria goiana, e não só àquelas dos programas pesquisados.

Figura 7 – Percentual de citações sobre os gargalos e limitações que atrapalham o desenvolvimento das empresas, por microrregião



Fonte: SIC / Censo Produzir 2012
 Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Um ponto interessante e aparentemente paradoxal respondido nas questões acima (como gargalo e fator de atração) foi em relação à mão de obra. Entretanto, uma análise mais cuidadosa mostra que existe uma diferença dessas respostas quando analisadas por microrregião. As empresas fora do eixo Goiânia-Anápolis são as principais a sofrerem com esse fator de produção, e as empresas próximas a essas cidades se aproveitam desse fator.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva de se entender melhor as políticas de incentivo, a Secretaria de Indústria e Comércio, em parceria com o Instituto Mauro Borges, realizou o Censo do Produzir / Fomentar e subprogramas. Este estudo verificou as principais informações a respeito das empresas participantes desses programas, assim como mapeou algumas virtudes e defeitos do setor produtivo, além da origem e destino das principais mercadorias e insumos das indústrias instaladas em Goiás.

O estudo também buscou fazer um breve histórico das políticas de incentivos financeiros e benefícios fiscais no estado, de modo a resgatar as origens dos programas e subprogramas atuais.

É importante ressaltar que a falta de dados sobre as políticas anteriores dificultou uma análise mais cuidadosa e quantitativa. Entretanto, o Fomentar e o Produzir, mais recente, possuem algumas informações que serão melhores apresentadas num próximo estudo. Uma análise temporal, por exemplo, permitiria concluir a respeito da alta concentração industrial, hipótese provável, em acordo com os dados desse estudo. Essa comprovação, caso confirmada, deveria refletir no repensar dos programas atuais e de outras ferramentas pró-desenvolvimento, pois demonstram não serem totalmente eficazes como política de desenvolvimento regional.

As informações do Censo junto com as análises desse estudo, concluíram que os programas têm um papel social fundamental para alguns grupos como: mulheres, pessoas que nunca trabalharam e pessoas com idade acima de 50 anos. Ademais, viu-se que a indústria, principalmente a de transformação, depende do programa para conseguir competitividade frente às indústrias do Sudeste.

Caso Goiás perca o direito de conceder incentivos financeiros e benefícios fiscais, existe uma grande chance de sofrer um processo de evasão de investimentos de empresas que já se instalaram, logo, havendo perda de renda e emprego. Ademais, potenciais firmas que se instalariam aqui, atraídas pelo programa de incentivos, escolheriam outra UF. É verdade que a guerra fiscal privilegiaria aquelas

UFs que são mais eficientes com sua arrecadação. Por outro lado, a busca do benefício econômico poderia levar a um esquema de competição que é positivo para as empresas, mas negativos para os estados, que têm o ICMS como a principal fonte de arrecadação.

Neste sentido, também há um ganho com o aumento e unificação da alíquota de ICMS, já que diversas empresas que já estão instaladas e permanecessem no estado, pagariam o imposto cheio, elevando a arrecadação estadual. Contudo, é impossível mensurar benefícios e perdas, pois não se sabe quantas permaneceriam no estado. O consenso é de que a política é positiva para Goiás para atrair e manter as empresas em seu território. Porém, ao olhar para o Brasil, a guerra fiscal é negativa para o ente subnacional (estado), já que esta leva a um jogo de soma zero (ou até negativa). Ou seja, o que Goiás ganha ao atrair uma empresa, outro estado perde. Mas na competição com impostos mais baixos, todos os estados perdem arrecadação (conjuntamente). Por outro lado o custo menor dessas empresas contribui para uma inflação menor.

Assim, esse estudo é mais um subsídio à discussão sobre a política de incentivos. Seu foco foi o mapeamento das empresas aderentes aos programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais, concluindo que esses foram fundamentais para a atração e manutenção das mesmas no estado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIA, N. L. **Os benefícios sociais do programa fundo de participação e fomento à industrialização do estado de Goiás – Fomentar, no período de 1992 a 2003.** Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, do departamento de economia da Universidade Católica de Goiás - UCG, 2004.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Programa Fomentar/Produzir Informações e Análises para o Estado e Microrregiões de Goiás.** SEGPLAN: 2012

OLIVEIRA, FERNANDO CÉSAR CLAUDINO. **A natureza do estado e políticas públicas: Uma avaliação dos incentivos fiscais em Goiás.** Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO – GOVERNO DE GOIÁS. Censo das empresas do Fomentar / Produzir e subprogramas. Resultados de 31 de dezembro de 2012.

<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/tem-sido-bom-para-goias>

<http://www.produzir.go.gov.br/post/ver/134057/fomentar>

<http://www.sic.goias.gov.br/post/ver/112604/fomentar>